
Transição política e reconstrução sindical no Brasil

Adhemar Lopes de Almeida*

A participação do movimento sindical brasileiro no processo de transição política e reorganização sindical pode ser dividida em dois momentos. O primeiro refere-se ao período de luta contra a ditadura militar e pela democratização do País. No segundo, questões como o desemprego, trabalho informal e novas tecnologias passam a desafiar as políticas e formas de ação do movimento sindical.

Durante os dois períodos, a estrutura básica da legislação sindical brasileira é a mesma. É verdade que a Constituição Federal promulgada ao final do período de autoritarismo, em 1988, eliminou as formas legais de intervenção direta do Estado na vida das organizações sindicais brasileiras, mas a essência da legislação corporativa se manteve. Trata-se da divisão de nossos sindicatos por categoria profissional e em bases geográficas de até um município, do monopólio da representação sindical atribuída pelo Estado a um único sindicato, do financiamento compulsório e do poder normativo da Justiça do Trabalho.

* Diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo no período de 1979 à 1984. Desde então atua como assessor de política sindical, ocupando atualmente o cargo de Coordenador do Escritório Nacional da Central Unica dos Trabalhadores CUT/Brasil em Brasília/DF., quando teve seu mandato cassado pelo regime militar.

Outro elemento da legislação sindical brasileira é a Convenção Coletiva de Trabalho, que é o instrumento que regula as relações coletivas de trabalho de uma determinada categoria profissional para além da legislação trabalhista. Sua renovação é anual e em data pré-estabelecida para cada categoria profissional, a chamada DATA-BASE. Cabe aos sindicatos de trabalhadores e patronais a prerrogativa da negociação e assinatura deste instrumento.

Esta é uma questão fundamental, pois foi a partir da legislação sindical corporativa e do instituto da DATA-BASE que o movimento sindical brasileiro desenvolveu, nos anos 80, sua estratégia de luta contra a ditadura militar e as políticas de arrocho salarial. E é esta mesma legislação que hoje nos impõe crescentes limites de atuação.

A luta contra a ditadura militar e por liberdades democráticas

No final dos anos 70, a política econômica do Regime Militar entra em crise. Era o fim do chamado “milagre econômico”. Para enfrentar a situação, os militares assumem a receita ditada pelo FMI, de arrocho dos salários, desaquecimento da economia e diminuição dos gastos públicos.

A reação foi o início de um vigoroso processo de mobilização que envolveu diversos setores da sociedade contra a política econômica dos militares, contra o aumento do custo de vida, por moradia, saúde, educação e reforma agrária. Todos estes movimentos se depararam com o poderoso aparato repressivo do Estado e se aliaram na luta contra a repressão e por liberdades democráticas.

Nas mobilizações sindicais, a politização também era favorecida pela política salarial. A legislação estabelecia que o poder de compra dos salários deveria ser repostado anualmente pelos índices de inflação “apurados” pelo governo federal. Ou seja, a cada DATA-BASE, a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho se transformava em um movimento contra a política econômica do governo.

Nesse período, a grande maioria dos sindicatos era dirigida por burocracias totalmente obedientes ao regime. A legislação favorecia esta prática e atribuía ao Estado o poder legal de intervenção nas entidades, caso estas “fugissem” ao controle. A vida administrativa e financeira das entidades era regulada aos detalhes. Além de monopolizar a competência de negociação e renovação das Convenções Coletivas de Trabalho, cabia aos sindicatos oficiais a tarefa de prestar serviços assistenciais aos trabalhadores, como consultas médicas, dentista e advogados para ações trabalhistas individuais. Seu financiamento era compulsório e garantido pelo Imposto Sindical e Taxa Assistencial, cobrados de todos os trabalhadores, mesmo que não sócios do sindicato.

O “estatuto padrão”, inscrito na legislação, determinava o número de dirigentes e suas respectivas competências e limitava a participação nas

assembléias e demais aspectos da vida sindical aos trabalhadores associados. Ou seja, todos financiavam, mas poucos usufruíam. A criação de novos sindicatos só era possível com o aval da Comissão de Enquadramento Sindical, órgão do Ministério do Trabalho.

A mencionada legislação não foi suficiente para barrar as mobilizações geradas pela insatisfação com as altas taxas de inflação e a manipulação dos índices de reposição praticada pelo regime militar, como forma de viabilizar sua política de arrocho salarial. Os períodos de renovação das Convenções Coletivas de Trabalho transformaram-se em momentos privilegiados de mobilização, que reforçaram a luta por liberdades democráticas e abriram espaço para a renovação da direção de importantes sindicatos.

Essa foi a lógica das grandes mobilizações do período e a partir delas é que organizamos os movimentos de oposição às direções sindicais burocráticas. As Oposições Sindicais se estruturavam de forma a impulsionar e disputar a direção das lutas das categorias profissionais. Mesmo não participando da direção do sindicato, que detinha o poder de contratação, as Oposições Sindicais impuseram à patronal, em diversas oportunidades, o direito de participar das mesas de negociação. Para isso, constituíam-se Comissões de Mobilização e Negociação eleitas diretamente pelos trabalhadores reunidos em assembléia. No período eleitoral, as Oposições se organizavam em torno de uma chapa unitária, composta a partir das lideranças do movimento de oposição e, desta forma, conquistou-se a direção de importantes entidades.

A disputa eleitoral pela direção dos sindicatos se dava em um cenário bastante desfavorável. As direções sindicais burocráticas detinham o controle total do processo e se utilizavam todos tipos de artifício para manipular e fraudar os resultados. O Ministério do Trabalho interferia diretamente nos trabalhos e, sempre que possível, respaldava a ação fraudadora.

A conquistas de grandes e importantes sindicatos só foi possível porque os movimentos de oposição se transformaram na estratégia de ação dos principais grupos que lutavam contra o regime militar e por liberdades democráticas. As chapas unitárias refletiam a pluralidade e conquistavam o apoio e solidariedade dos mais amplos setores e organizações da sociedade. Da chapa de oposição que conquistou o Sindicato dos Bancários de São Paulo em 1979, para citar um exemplo, participaram todas as forças políticas de esquerda que atuavam na categoria, setores da igreja progressista e até companheiros que participavam da direção do sindicato. O pluralismo se reflete até hoje na composição da CUT Brasil.

Uma vez na direção do sindicato, a tarefa era democratizar seu funcionamento e gestão e colocá-lo a serviço dos interesses da classe trabalhadora. E tal prática se dava em detrimento da legislação sindical.

A prática, de atuar por dentro da estrutura sindical sem aceitar os limites impostos pela legislação, custou a intervenção do Estado em nossos sindicatos em diversas oportunidades. As direções eram afastadas e por vezes presas. Eram nomeados interventores, funcionários do Ministério do Trabalho ou uma junta governativa, composta por membros da categoria que gozavam da confiança do governo e dos patrões. As “novas direções” nomeadas pelo Estado não gozavam da mínima legitimidade o que reforçava a ação de resistência que se apoiava na ação “paralela” da direção cassada e na solidariedade das outras categorias e setores da sociedade.

Assim, foram criadas instituições como a Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que na verdade serviam como abrigo para a continuidade do movimento. Grandes campanhas de solidariedade eram organizadas junto à população em geral e trabalhadores de outras categorias, com a finalidade de arrecadar alimentos, roupas e contribuições financeiras e também eram organizadas grandes manifestações públicas de solidariedade e protesto.

Alguns setores do sindicalismo burocrático perceberam a necessidade de “modernizar” sua prática. A ação repressiva do regime militar e os limites da legislação sindical não mais eram suficientes para barrar as mobilizações e o fortalecimento dos movimentos de oposição. A burocracia sindical foi obrigada a assumir um discurso mais “combativo”, voltado para a “defesa” das reivindicações da categoria, mas defendiam a “ação” dentro dos marcos da legislação sindical e procurava despolitizar o movimento.

O companheiro LULA, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi a maior expressão do novo sindicalismo que surgia, enquanto que Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, era a maior expressão do sindicalismo burocrático.

Em 1981, após um período em que o movimento sindical se articulou em INTERSINDICAIS, que tinham por objetivo a articulação das ações de classe, realiza-se a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Na pauta, o sonho de criar uma central sindical unitária. Participaram todos os setores do movimento, do chamado “novo sindicalismo” aos burocratas reformados.

O resultado foi a constituição de um grupo de trabalho, denominado como Comissão Nacional Pró-CUT, que foi o responsável para elaborar e encaminhar um plano de lutas conjunto e organizar para ano seguinte (1982) o congresso de fundação da central sindical unitária.

O posicionamento frente à legislação sindical corporativa e a oportunidade de criar uma central sindical em função da conjuntura política constituíram-se num divisor intransponível. De um lado, aqueles que entendiam que a criação de uma central sindical poderia fazer retroceder o processo de abertura política e que

se opunham a qualquer mudança na legislação sindical. Do outro, os setores mais representativos do chamado “novo sindicalismo”, que tinham na luta por liberdades democráticas e fim da legislação sindical corporativa suas principais bandeiras.

As divergências levaram ao adiamento do congresso de fundação da central unitária e em seguida a desarticulação do grupo de trabalho. No ano seguinte, 1983, mesmo com importantes sindicatos sob intervenção do Estado, entre eles Bancários e Metroviários de São Paulo, Metalúrgicos do ABC paulista, Petroleiros da Bahia e de Campinas, os setores mais representativos do “novo sindicalismo” convocam uma greve geral contra medidas do governo e realizam o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, com mais de 5.000 delegados representando trabalhadores do campo e da cidade de todo País, e decidem, no dia 31 de agosto de 1983, fundar a CUT Brasil.

A primeira grande polêmica no interior da CUT Brasil foi quanto à forma de filiação à central. Duas propostas foram debatidas, filiação direta ou filiação de sindicatos. A proposta vencedora – filiação de sindicatos – reafirmou a estratégia de atuar por dentro da estrutura sindical oficial. A preocupação com a democracia e representatividade das entidades se expressou, entre outras, na norma estatutária que definiu a assembléia geral da categoria com fórum para a decisão de filiação à CUT e na norma que estabelece o número de trabalhadores sócios do sindicato, em dia com suas contribuições financeiras, como critério para eleição de delegados aos fóruns da Central. No caso das oposições sindicais, o critério adotado foi o total de votos obtidos na última eleição sindical.

No plano de trabalho aprovado no Congresso de Fundação, o destaque foi para a luta por Liberdade e Autonomia Sindical, pelo fim do Imposto Sindical e do monopólio de representação imposto pelo Estado, revogação da lei antigreve, fim da intervenção nos sindicatos e a luta pela reforma agrária. Na carta de princípios, a opção foi por uma sociedade socialista, entendida como uma sociedade justa, democrática e que retorne seu desenvolvimento em benefício da coletividade.

O setor do movimento sindical que se opôs à fundação da CUT organiza, em 1986, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e mantém uma estrutura de federação de sindicatos. A criação da CGT põe fim ao sonho de construção de uma central unitária, mas não ao empenho de buscar a unidade na ação. Em várias oportunidades, foram realizadas campanhas conjuntas e, em 1989, CUT e CGT convocam e realizam uma greve geral contra mais um pacote de medidas do governo.

Durante a década de 80, a CUT se consolidou. Apesar de não ser reconhecida pela legislação, a Central se credenciou como legítima representante dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Os crescentes índices de inflação e a

crise no pagamento da dívida externa levaram o governo a editar seguidos pacotes econômicos, todos centrados no controle de preços e no arrocho dos salários. Dito procedimento contribuía com a centralização das lutas: foram realizadas três greves gerais num espaço de seis anos, 83, 86 e 89, além de greves nacionais por categoria, como Bancários e Petroleiros, e milhares de greves por categorias profissionais.

No cenário político, o regime militar demonstrava sinais de fraqueza e apresentava a alternativa da “transição” lenta, gradual, restrita, sob seu total controle. A reforma partidária aprovada pelo Congresso Nacional acaba com o regime bi-partidarista, e abre caminho para que as lideranças sindicais, que mais tarde viriam a ser fundamentais no processo de fundação da CUT, em conjunto com outros setores da sociedade, viabilizassem o projeto de um partido comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Assim, nasceu em 1981 o Partido dos Trabalhadores, que viria a ter papel de destaque, ao lado da CUT e demais organizações e movimentos do campo popular e democrático, na luta pelo fim do regime militar.

Em 1984, a CUT participou da luta por eleição diretas para presidente da República. As manifestações reuniram milhões de brasileiros. Mesmo assim, a emenda constitucional das diretas é derrotada no Congresso Nacional por apenas 22 votos, mas a eleição indireta fica ferida de morte. No ano seguinte, o Colégio Eleitoral se reuniu e o candidato do regime, Paulo Maluf foi derrotado por uma frente parlamentar, a “Frente Liberal”, que reuniu setores de oposição e dissidentes da base parlamentar do regime.

O eleito foi Tancredo Neves, que morre antes de assumir a Presidência. Seu vice, José Sarney assumiu e adotou uma série de medidas, sem sucesso, para tentar conter a inflação. A crise se acentuou e as mobilizações, campanhas salariais unificadas, greves nacionais e locais foram intensas. O debate para revisão da Constituição ganhou força.

Em 1986, são eleitos os deputados constituintes. Várias lideranças sindicais são eleitas. A participação do movimento sindical é intensa. A CUT recolhe mais de 1.700.000 assinaturas para respaldar 122 emendas populares. Estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, reforma agrária, liberdade sindical eram alguns dos temas. A participação institucional não substituiu as mobilizações. As greves e mobilizações continuavam de forma intensa. A luta por reforma agrária levou mais de 10 mil trabalhadores rurais à manifestação na Esplanada dos Ministérios. A nova Constituição foi promulgada em 1988. Importantes conquistas foram incorporadas, mas no que diz respeito à legislação sindical o resultado foi contraditório. O Art. 8º da nova Constituição estabelece que é livre a organização sindical e proíbe ao Estado interferir na vida das entidades, mas é mantida a UNICIDADE, o Imposto Sindical e o Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

No ano seguinte, 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para presidente da República após o regime militar. De um lado Lula, representando o projeto democrático e popular; do outro Fernando Collor, tábua de salvação das elites brasileiras. Durante a disputa, todos os tipos de truques e artimanhas foram utilizadas, os meios de comunicação fecharam o cerco e se desdobraram na fabricação de fatos que pudessem desgastar a candidatura de LULA. Collor ganhou por uma pequena margem de votos e inaugurou um período no qual o projeto liberal ganha força.

Gostaria de destacar uma questão antes de encerrar os comentários sobre este primeiro período: a relação da CUT com a vida política brasileira. É comum e compreensível que as pessoas realizem uma associação direta entre CUT e PT. Mas é importante interpretar corretamente esta associação. A CUT é fruto de um período de intensa luta política contra o regime militar. Nas bandeiras de luta das categorias, além das reivindicações salariais, figuravam as palavras de ordem por liberdades democráticas e fim da ditadura militar. Os sindicalistas da CUT sempre souberam que as vitórias sindicais estavam necessariamente associadas às vitórias políticas.

O PT foi fundado em 1981, como resultado de uma vitória contra o regime militar – o fim do bi-partidarismo –, quando a ARENA era o partido do governo e o MDB o partido das oposições. Alguns setores do movimento social entenderam que a medida não passava de mais uma manobra do regime, que procurava dividir a força eleitoral das oposições. Outro setor, entre eles expressiva parcela do chamado “novo sindicalismo”, entenderam que era o momento de viabilizar um projeto de organização partidária que fosse além das disputas eleitorais e cumprisse o papel de organizar e representar os trabalhadores e demais setores da sociedade na luta por democracia e justiça social.

A associação do Partido dos Trabalhadores com a CUT vem desta identidade de história e projetos. Para nós, que somos sindicalistas da CUT e militantes do PT, é motivo de orgulho, pois é a comprovação de que o partido se mantém fiel aos objetivos de sua fundação. A elite brasileira se esforça para fazer desta identidade um elemento para questionar a legitimidade do movimento sindical e de outros setores da sociedade, tentando vender a tese de que as lutas por salário e condições de trabalho devem estar desvinculadas da luta política, e assim tentar justificar, junto à opinião pública, a truculenta relação dos governos brasileiros, incluindo o de FHC, contra os movimentos sociais.

Novos desafios para o movimento sindical

Os anos 90 trouxeram novos desafios para o movimento sindical. A elite brasileira se articulou em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para vencer as eleições presidenciais de 1994 e dá grande impulso ao projeto

neoliberal. As empresas estatais foram privatizadas, a economia internacionalizada, o parque produtivo passou por intenso processo de reestruturação e os direitos sociais e trabalhistas foram duramente atacados.

Mais uma vez a mídia foi convocada para manipular a opinião pública. A estabilidade da moeda foi enaltecida como o grande patrimônio a ser defendido e a “modernidade” o objetivo a ser perseguido, mesmo que às custas do desemprego, do aumento da informalidade no mercado de trabalho e da miséria da maioria da população, do retorno de doenças já erradicadas e da total dependência do capital estrangeiro.

Aos opositores, foi dada a pecha de estarem contra a estabilidade da moeda e o desenvolvimento nacional, prática, aliás, que guarda muita semelhança com os piores anos de ditadura, quando, no auge da repressão, o regime militar lançou a campanha que tinha como lema “BRASIL, AME OU DEIXE”, para justificar a repressão e exílio dos opositores do regime.

Os direitos sociais e trabalhistas foram eleitos como os vilões, causadores do desemprego e do crescimento da informalidade, e os sindicatos, por defendê-los, os representantes do atraso. O mesmo tratamento foi reservado às demais organizações da sociedade: “diálogo” só para concordar com as políticas do governo. Um dado que ilustra a prática autoritária do governo FHC é a edição e reedição de mais de 7.000 Medidas Provisórias durante seu governo, que é uma forma de substituir o Legislativo na tarefa de legislar.

Esta política tem um endereço certo: enfraquecer o movimento social para facilitar a desregulamentação dos mercados, eliminando direitos trabalhistas e sociais e abrindo caminho para o livre trânsito do capital e investimentos estrangeiros.

Foi um período em que o mercado de trabalho passou por intensas transformações. A introdução de novas tecnologias de produção e gestão da mão-de-obra, aliada à migração de plantas produtivas para novos pólos econômicos às custas de isenções fiscais e eliminação de direitos trabalhistas e a criação de mercados regionais, como o MERCOSUL, trouxeram para o movimento sindical a necessidade de ampliar sua agenda de ação e rever suas formas de atuação.

Durante os anos 80, o “sindicalismo de porta de fábrica” era sinônimo de combatividade e eficiência. Já nos anos 90 isso não bastou. Foi necessário que o sindicalismo se organizasse dentro dos locais de trabalho e, além de tratar de temas como reajuste de salários, os sindicalistas tiveram de ser preparados para interferir nos processos de inovação tecnológica, no sentido de resguardar empregos, salários e condições de trabalho.

É um cenário bastante novo, pois os patrões passaram a disputar com os sindicatos a audiência dos trabalhadores com a introdução da “gestão participativa”, pela qual os empresários convidam o trabalhador a compartilhar os objetivos da empresa, procurando minimizar o conflito de interesses.

A eliminação dos direitos trabalhistas veio no sentido de reforçar esta lógica, uma vez que a jornada de trabalho, o salário e demais direitos passaram a ser condicionados pelo desempenho da empresa, transformando o trabalhador num “fiel escudeiro” na defesa dos interesses empresariais.

A CUT enfrenta este novo cenário intensificando os esforços para viabilizar seu projeto de organização sindical. Apoiado na organização por locais de trabalho e de moradia, tentamos constituir sindicatos regionais/estaduais por ramos de atividade e centralizados nacionalmente em Confederações ou Sindicatos. Atualmente, já temos 12 Confederações constituídas e em diferente estágio de estruturação. É o caso da CONTRACS (Comércio e Serviços), CNTV (Vestuário, Couros e Calçados), CNTT (Transportes), CNQ (Químicos e Petroquímicos), CNTSS (Saúde e Seguridade Social), CNB (Bancários), CNM (Metalúrgicos), FNU (Serviços Urbanos), CONTICON (Construção Civil e Madeira), CONTAC (Alimentação e Bebida), CNTSM (Minério) e a CONTAG (Agricultura, que é uma Confederação filiada). Os demais ramos, embora não tenham Confederações constituídas, se organizam em entidades nacionais que se articulam nas lutas. É o caso dos ramos da Comunicação e Informática, Aposentados, Educação, Profissionais Liberais, Servidores Públicos.

A definição destes 18 ramos de atividade não deve ser vista de uma forma rígida. O 7º Congresso da CUT, realizado em agosto de 2000, criou uma comissão de trabalho com a tarefa de estar discutindo a composição dos ramos e estar propondo as fusões dos ramos existentes ou até a constituição de novos. O importante é garantir a política de nacionalização dos processos de contratação coletiva, buscando a celebração de acordos que garantam direitos para todos os trabalhadores do ramo de atividade, independente da empresa ou região em que eles trabalhem.

A fusão dos atuais sindicatos de categoria profissional em entidades de trabalhadores por ramo de atividade cria uma situação mais favorável para enfrentarmos o processo de terceirização da produção, que é quando ocorre a maior perda de direitos e grande parte da informalidade na relação de trabalho. Além do fortalecimento financeiro e político da entidade.

A maior resistência à política de fusão dos sindicatos vem do próprio movimento sindical. São os dirigentes e não os trabalhadores que criam as dificuldades, pois vêem na fusão uma ameaça ao seu “poder” e “status”. O preço por esta resistência é alto: nossos sindicatos estão perdendo poder de barganha com a diminuição do número de trabalhadores representados e pelas constantes

ameaças dos patrões de transferirem as plantas de produção para outra região, na busca de isenção fiscal e menores salários.

Em setores como comércio e serviços, onde a transferência da planta de produção não é possível, a perda do poder de barganha é resultado da própria fragmentação imposta pela atual legislação sindical. No Brasil, são mais de 16.000 sindicatos e existem mais de 22.000 requerimentos no Ministério do Trabalho para constituição de novas entidades, intensificando uma realidade onde, em uma mesma empresa, os trabalhadores são divididos em dezenas de categorias profissionais.

Além da intensificação dos esforços para implantação do seu projeto de organização, a CUT adota o projeto de “Sindicato Cidadão”, através do qual as entidades passam a formular propostas e organizar ações que vão além da agenda sindical tradicional. Temas como geração de emprego e renda, habitação, educação, saúde, meio ambiente e segurança pública são incorporados à agenda dos sindicatos que, além de representar os trabalhadores nos diversos fóruns da sociedade, passam a realizar ações diretas, como a organização de cooperativas habitacionais, de educação e a Agência de Desenvolvimento Solidário.

A articulação com o movimento sindical de outros países também se intensifica. Tanto com o sindicalismo dos países integrantes do Mercosul, onde conquistamos importantes vitórias como a adoção da DECLARAÇÃO SOCIO-LABORAL, em 1998, e a constituição do Fórum Social do Mercosul, quanto com o sindicalismo de países-sede de multinacionais para articulação de ações conjuntas e de solidariedade.

Para encerrar, gostaria de destacar a questão do desemprego como o maior desafio para o movimento sindical. A taxa nos centros urbanos brasileiros chegou a atingir percentuais próximos a 20% da força de trabalho. Os governos tentam vender a idéia de que o próprio trabalhador, por sua baixa qualificação e os direitos trabalhistas, é o responsável pelo desemprego.

Sabemos que o desemprego tem nas suas causas as políticas econômicas adotados pelos governos e o processo de reestruturação produtiva. Resistir às demissões, denunciar as políticas dos governos e propor políticas de geração de emprego e renda, como a redução da jornada de trabalho é o caminho, mas a ação dos sindicatos não pode parar por aí. A solidariedade e a manutenção dos espaços de participação na vida sindical devem ser parte dessa política.

Nossas entidades estão preparadas para organizar os trabalhadores empregados. Quando o desemprego atinge um companheiro ou companheira por um período mais prolongado, eles acabam sendo excluídos da vida sindical. No início da década de 80, quando enfrentamos um período de grande desemprego no Brasil, o movimento sindical impulsionou a organização de Comitês de Desempregados e teve diversas iniciativas de solidariedade, como a coleta de

alimentos e acampamentos em frente às sedes dos governos. Foi um processo positivo, mas transformou bancários, metalúrgicos, motoristas, químicos e outros profissionais em desempregados, “roubando-lhes” a identidade e afastando-os de seus categorias de origem.

Nos anos 90, apesar de propostas neste sentido, o movimento sindical fez a opção de não criar este tipo de comitês, mas sim o de organizar a luta contra o desemprego por dentro das próprias entidades, convidando os companheiros e companheiras a permanecerem organizados e participando de seu sindicato de origem.

